

U.F.S.M.

Monografia de Especialização

**CONSELHO ESCOLAR
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA
CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MÁRIO DELUY.
SÃO SEPÉ – RS**

Por

Roselaine Neves Bolzan

CE

U.F.S.M.

Santa Maria , RS – Brasil

2005

**CONSELHO ESCOLAR
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA
CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MÁRIO DELUY**

por

Roselaine Neves Bolzan

Monografia de Especialização ao Curso de Pós-Graduação Latu
Sensu em Gestão Educacional Administração/Supervisão Escolar, da
Universidade Federal de Santa Maria (U.F.S.M., RS), como requisito
parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional.

C.E.

U.F.S.M.

Santa Maria, RS, Brasil

2005

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

CONSELHO ESCOLAR
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA
CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MÁRIO DELUY

elaborada por

Roselaine Neves Bolzan

Como requisito parcial para obtenção do Grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA

Clóvis R. J. Guterres

(Presidente/Orientador)

José Luiz P. Damilano

Cláudio E. G. Dutra

Santa Maria, 31 março de 2005.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por iluminar meu caminho;
À minha mãe pela compreensão.

Ao professor Clóvis Guterres pela paciência, apoio e orientação no decorrer do meu trabalho.

Aos meus colegas de curso pelo apoio e amizade.

Aos meus primos Marcelo, Jacira e Geninho pelas viagens que precisei fazer a Santa Maria, se dispuseram para facilitar o meu trabalho, o meu carinho e gratidão.

À Direção da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy e a Secretaria da Escola que me ajudou com informações, o meu reconhecimento e gratidão.

Às professoras Inajára Vieira da Silva e Lucila Mônico pela revisão do texto, a minha gratidão.

Aos professores, pais, funcionários, alunos e os representantes do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy que participaram das entrevistas para que pudéssemos concluir este trabalho, obrigado pelo apoio, a minha amizade e gratidão.

Às professoras aposentadas que já trabalharam por esta Escola e que gentilmente me receberam para que eu pudesse realizar este trabalho, o meu reconhecimento e gratidão.

Finalmente, meus agradecimentos a todos que fizeram parte desta caminhada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. REFERENCIAL TEÓRICO	3
2. ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MÁRIO DELUY	16
2.1. História da Escola	16
2.2. Histórico da Banda da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy	23
2.3. Estrutura Organizacional Atual	24
2.4. Projeto Político Pedagógico.....	26
3. O CONSELHO ESCOLAR	28
3.1. Histórico do Conselho Escolar	28
3.2. Organização e Funcionamento do Conselho Escolar	29
3.3. Análise do Desenvolvimento do Atual Conselho Escolar.	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
ANEXOS.....	51

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

CONSELHO ESCOLAR

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MÁRIO DELUY SÃO SEPÉ - RS

Autora: Roselaine Neves Bolzan

Orientador: Prof.º Clóvis Guterres

Santa Maria, 31 de março de 2005

Este trabalho é o resultado do projeto elaborado para a seleção ao Curso de Pós-Graduação- Nível de Especialização- em Gestão Educacional do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisamos a função social do Conselho da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy. Foram entrevistados os segmentos dos pais, alunos, funcionários e o próprio Conselho Escolar da instituição. Durante a pesquisa, verificamos que os alunos não têm conhecimento da atuação do Conselho Escolar e os pais demonstraram pouco conhecimento sobre o assunto. Os funcionários possuem uma visão crítica e os professores, que dominam as reuniões, ainda não estão articulados no segmento. Ainda é preciso que atinja um nível maior de comprometimento com a educação, pois a comunidade escolar não está preparada para o exercício de participação na gestão da escola.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

CONSELHO ESCOLAR

**PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL MÁRIO DELUY
SÃO SEPÉ - RS**

Autora: Roselaine Neves Bolzan

Orientador: Prof.º Clóvis Guterres

Santa Maria, 31 de março de 2005

His work was in mold is the result of the project that was elaborate for the selection of the Course of Pos-Graduation – level of Especialization in Management Education of the Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. We inquiry the social function of the Advice of the ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MÁRIO DELUY. The segments were interviewed (parents, pupils, teacher, school servants and School Council). During the research, we verify acting of School Council and parents demonstrated little knowledge about the matter. The council servants have a critical vision and the teachers who dominate the meetings are not articulated in their segment. It is necessary that a great level of compromise to be reached on education, since the School Community that was inquiry isn't prepared to the exercise of participation in the management of the School.

INTRODUÇÃO

Comecei a trabalhar no Estado em 1989, quando fui nomeada para assumir a função de secretária de escola. Fiz o concurso para secretária de escola porque na década de 80 houve um período que custou a realizar-se o concurso para o magistério.

Sou formada em Ciências (1982) e Matemática (1988).

Quando fiz o curso de Ciências era licenciatura curta, então escolhi o curso de Matemática para ficar com licenciatura plena.

Na época em que fiz o concurso para secretária de escola, foi realizado também o concurso para o Magistério. Sendo que a primeira nomeação que veio foi a de secretária de escola em 1989. Somente em 1992 aconteceu a nomeação para o magistério.

Quando assumi no magistério, já fazia 10 (dez) anos que estava formada; desde então trabalho na Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy com as disciplinas de Ciências e Matemática.

Após anos de formação superior, senti necessidade de melhorar meus conhecimentos e buscar novas formas de trabalhar em prol da comunidade escolar onde atuo. Então resolvi fazer a pesquisa sobre o

Conselho Escolar na escola em que trabalho. A diretora e a secretaria da escola também forneceram informações para que eu pudesse realizar o meu trabalho.

Para desenvolver o presente estudo acreditamos ser necessário um estudo reflexivo, que desvele o significado de gestão escolar de uma escola democrática.

Os problemas e possíveis soluções encontradas serão sugestões que uma comissão consultiva composta por membros da comunidade escolar juntamente com a direção e os professores, tentarão solucionar, atendendo às necessidades de seus filhos com objetivo de melhorar a qualidade de ensino.

É fundamental a participação dos pais, porque deseja-se uma escola pública democrática, criativa, de soluções rápidas voltadas para o coletivo, apontando para a construção de uma prática de gestão colegiada, considerando a atuação do Conselho Escolar.

O trabalho foi dividido em três capítulos:

No 1º capítulo foi realizado um estudo a partir da análise documental embasada na Constituição Estadual e Federal.

No 2º capítulo foi realizado um estudo sobre a Escola Estadual de Ensino Fundamental Mario Deluy desde a sua fundação, com depoimentos de algumas diretoras e a sua organização atualmente.

No 3º capítulo analisamos os documentos do Conselho Escolar desde a sua 1ª (primeira) eleição, os assuntos tratados e atualmente como está constituído e organizado.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Construir a cidadania é uma das funções primordiais da escola.

A busca por uma escola cidadã, democrática, autônoma, participativa e inclusiva que permite a construção do Projeto Político Pedagógico é o meio para se chegar no processo educacional.

Com a implantação da gestão democrática na escola abrem-se caminhos para que a equipe diretiva busque meios para melhorar a qualidade de ensino atingindo seus objetivos propostos, entre elas a participação do Conselho Escolar.

Hoje estamos na era da tecnologia, onde o mundo vivencia mudanças aceleradas levando o homem a descobrir novos caminhos.

O setor Privado, como sistemas de comunicação, comércio, indústria, a cada dia que passa vem avançando com novas tecnologias trazendo mais conforto para o homem.

O Estado vem perdendo espaço para o setor Privado, pois temos uma economia em crise, onde as transações comerciais são comandadas pelo F.M.I. (Fundo Monetário Internacional), O.M.C. (Organização Mundial do Comércio) e Banco Mundial que mandam e

desmandam nos países subdesenvolvidos deixando o povo cada vez mais empobrecido.

Hoje, a palavra – chave é participação, através dela objetiva-se a promoção do desenvolvimento com justiça social e democracia. No Brasil, na década de 70, surge esta temática durante o regime militar. Escolas buscavam “autonomia institucional”, tuteladas pela burocracia e controle estatal. Nos anos 80, o Estado procura resolver os problemas de ordem econômica e tem poucos recursos financeiros, mas os profissionais da educação avançam nas discussões para a construção de práticas participativas na escola, surgem tentativas de democratização da sociedade e da escola. Nos anos 90, a participação foi estimulada pelo Estado, reforçada através da elaboração de novas legislações que remetem para a comunidade a exigência de participação. Como se pode ver na observação:

A participação é como, uma conquista permanente, um constante vir a ser, sempre inconclusa, é preciso terminar com a compreensão que caracteriza, em especial a cultura vigente de que a cidadania e autonomia são concedidas ou dádivas de alguém para alguns. (1993, p. 224)

Através dos Projetos Políticos Pedagógicos das nossas Escolas podemos fazer as transformações na educação e na prática cotidiana, deseja-se neste momento que as falas sejam coerentes com as práticas e que a comunidade escolar tenha espaço e vez para participar da

tomada de decisões embora a mesma não esteja preparada para atuar. Luck coloca:

“Participação em seu sentido pleno caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de influência na determinação da dinâmica dessa unidade social de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afetadas”. (1996, p.17)

Democratizar a Gestão implica introduzir mecanismos que asseguram a participação dos diversos segmentos da sociedade, na formulação e execução das propostas educacionais e no controle da qualidade de ensino. Para isso, criaram diversas instâncias colegiadas, determinando novas relações de poder, assim como fortalecendo cada vez mais a autonomia da escola e sua estreita ligação com a comunidade.

Já Gadotti (1994, p.49), diz que a participação e a democratização num sistema de ensino é um meio prático para a formação da cidadania.

Entendemos que todo o planejamento deve ser realizado através de um trabalho em conjunto, ou seja, pelos segmentos da comunidade escolar (professores, pais, alunos e funcionários), enfim pelos representantes do Conselho Escolar.

Para que a escola se torne democrática é necessário que haja uma mudança de mentalidade, que sejam provocados pela mudança de prática social e motivam reações de desacomodação geral, sentindo-se comprometidos com a educação.

Aos responsáveis pela gestão escolar compete promover a criação de um ambiente propício e participação plena no processo social escolar, dos seus profissionais e de seus pais, desenvolvendo uma consciência social crítica e sentido de cidadania.

Com a implantação do Conselho Escolar abrem-se novos caminhos para a construção do projeto de escola voltados para o interesse da comunidade. É através dele que a população pode acompanhar a qualidade da educação que é oferecida.

Os Conselhos Escolares surgiram na Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Sul em 1989, sendo explicitados na legislação de 1991, no Governo de Sinval Guazzelli que eliminava a função deliberativa, mantendo-a apenas nas questões financeiras e passando a ter caráter consultivo nas questões pedagógicas.

Atendendo a uma antiga reivindicação do CPERGS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul) e da comunidade escolar para que fossem criados nas escolas um espaço democrático, a Assembléia Legislativa aprovou a Lei nº 9232 de 13 de fevereiro de 1991, que criava e implantava nas escolas públicas da rede pública, os Conselhos Escolares.

O Governador Alceu Collares, fazendo uso de suas atribuições aprovou e sancionou a Lei nº 9.262 de 5 de junho de 1991, que alterou a Lei nº 9232 de 13 de fevereiro de 1991, ficando como atribuições

consultivas na parte pedagógica, deliberativa nas questões financeiras e fiscalizadoras em questões administrativas e pedagógicas, resguardando todos os princípios constitucionais, normas legais e diretrizes do Conselho Federal e Estadual de Educação.

Com a implantação da sua política educacional, o Governador Alceu Collares revogou no mês de setembro a Lei 9233/91 (eleição de diretor) decretando a sua inconstitucionalidade, alegando de que a direção da escola se constitui em cargo de confiança, portanto, a escola deve ser do Governador. Contrariando assim, a Lei 9232/91 que criou os Conselhos Escolares.

Conforme o que dispôs a Lei 9262/91, a implantação dos Conselhos Escolares, possibilitou a todos os segmentos um intercâmbio de idéias no que tange à administração escolar, dividindo a responsabilidade de administrar a escola junto com o diretor, ocupando assim, um espaço democrático que há muitos anos vinha sendo reivindicado pela comunidade escolar do Rio Grande do Sul. Pois durante vários anos a tarefa do diretor era dirigir a escola sozinho, o qual era cargo de confiança dos governantes.

Hoje o diretor trabalha em conjunto com todos os segmentos.

O diretor é um articulador, mediador de idéias que conduz as reuniões para se chegar a uma conclusão final.

Os Conselhos Escolares surgiram para solucionar os problemas educacionais.

De acordo com a Lei Estadual 10.576/95 (alterada pela Lei 11.695/01), chamada a Lei de Gestão Democrática do Ensino Público, no artigo 41, diz que:

Os Conselhos Escolares resguardando os princípios, as normas legais e as diretrizes da Secretaria da Educação terão função consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas – administrativas- financeiras.

Com esta lei, as escolas adquirem o direito de ter a autonomia administrativa, financeira e pedagógica; buscando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e valorizando os profissionais da educação.

Para isso precisamos conhecer bem os objetivos e o funcionamento de uma escola, dominar e exercer completamente sua profissão de professor, trabalhar em equipe e cooperar com os outros profissionais.

A lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 14: afirma que os sistemas de ensino definirão as normas de Gestão Democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A configuração do Conselho Escolar varia de Município para Município e de Estado para Estado. Isso depende do número de alunos

que a escola possui. Com exceção do diretor, que é membro nato, os demais são eleitos por votos. Nesse sentido toda a comunidade deve conhecer quem faz parte do Conselho para que possam representá-lo durante as decisões que precisam ser tomadas. Conforme se refere Gadotti:

O Conselho de Escola com a participação de pais, professores, alunos, membros da comunidade é o órgão mais importante de uma escola autônoma. Ele deve deliberar sobre a organização do trabalho na escola, sobre todo o funcionamento e inclusive sobre a escolha da direção. (1994, p.51)

Para que o Conselho possa realmente construir a autonomia da escola, deve deliberar sobre o currículo, o calendário escolar, a formação de classes, períodos e horários, atividades culturais, enfim sobre o governo como um todo.

Ao Conselho cabe apontar soluções dos problemas do conjunto de interesses e vontades da escola, tais como: a aplicação de recursos, racionalização dos horários de trabalho, elaboração do Plano Escolar, matrícula e funcionamento geral da escola.

Por isso os segmentos devem estar sempre presentes no processo de organização de modo que as ações a serem desenvolvidas estejam voltadas para as necessidades comunitárias.

A lei torna a comunidade responsável pela educação e cria meios para que mobilize entidades que congreguem professores, pais,

alunos e funcionários e também entidades locais a se dedicarem a assistência educacional.

A Lei nº 10.576/95 do Estado do Rio Grande do Sul propõe a valorização dos profissionais da educação e a participação da comunidade, através dos Conselhos Escolares. A Lei nº 10.576/95 foi alterada pela Lei nº 11.695/01, onde o mandato de cada membro será de 2 anos, permitindo a várias reconduções.

Essa lei abriu caminhos para que a escola busque a melhoria e a qualidade de ensino. Deu condições para que a escola redefina seu papel dentro dos diferentes segmentos da sociedade, para que ele tenha responsabilidade sobre suas decisões. Como podemos observar em Rodrigues:

A administração colegiada visa superar os processos centralizados e fundamentados em decisões de natureza técnica e burocrática, e partir para decisões nascidas da articulação dos interesses e das concepções na educação escolar. (1985, p.70)

A administração escolar respalda-se na ação colegiada, que deve permitir a participação global, permanente e efetiva de todos os membros da comunidade escolar. O colegiado escolar constitui, portanto, um instrumento de ação coletiva. Tal instrumento não deve ser entendido apenas como auxiliar de direção, mas como órgão de tomada de decisões em todos os níveis para que o exercício da democracia possa ser viabilizado nas escolas. Como observa Paro:

Inspirada na cooperação recíproca deve ter como meta a constituição, na escola de um novo trabalho coletivo, que sem os constrangimentos de gerência capitalista e da parcelarização desumana do trabalho, seja uma decorrência do trabalho cooperativo de todos os envolvidos no processo escolar, guiadas por uma vontade coletiva, em direção ao alcance dos objetivos verdadeiramente da escola. (1986, p.160)

Sendo assim, é necessário que haja clareza do que é uma gestão democrática e que os segmentos que representam o Conselho Escolar (colegiado) deva tomar conhecimento e participar de todas as decisões ampliando os espaços para discutir, sugerir e implantar novos projetos para a melhoria da educação. De acordo com Rodrigues:

O colegiado é o órgão coletivo de decisões e de análise dos problemas da escola. O colegiado representa, por outro lado, uma mudança tanto nos processos de tomada de decisões administrativas e pedagógicas, como nas formas de relacionamento com a sociedade e com órgãos superiores de administração educacional. (1985, p. 79)

A escola é um organismo vivo, por isso precisa buscar experiências de todos os segmentos que a compõem, através de seu projeto político pedagógico, para que eles sintam-se comprometidos com as mudanças que se fizerem necessários. Assim é preciso fazer

um amplo debate com a comunidade escolar antes de praticar qualquer ação futura que deverá ser desenvolvida na escola.

A comunidade escolar deve estar consciente de suas responsabilidades na construção de um projeto educativo para que juntos possam encontrar soluções e alternativas para os problemas e necessidades que afligem a educação.

Entende-se por “Colegiado” o mesmo que “Conselho Escolar”, pois os dois tem as mesmas funções. Tratava-se de colegiado antes de ser publicado o Decreto Estadual nº 36.640/96, que regulamenta os Conselhos Escolares nos estabelecimentos de ensino. Neves, coloca:

A elaboração de um bom projeto é um trabalho abrangente, participativo, democrático, responsável, competente e solidário, só há sentido nesse esforço se for para levar a cabo as decisões tomadas, isto é, se for possível implementá-lo no cotidiano da escola. (1998 p. 117)

Para que a comunidade esteja preparada para a Gestão Democrática foi assegurada pela Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), através do artigo 14 a criação dos Conselhos Escolares dando suporte legal para que os segmentos de pais, alunos, professores e funcionários participem na construção de novas propostas educativas que levem a desenvolver o aluno cidadão que é um dos objetivos da educação. Conforme afirma Gadotti:

A criação dos Conselhos Escolares representa uma parte do processo de democratização da Gestão Escolar. Porém faz-se necessário ampliar o espaço de participação para que a escola cumpra com seu papel de auxiliar na transformação social. (1994, p. 49),

Participação e responsabilidade da comunidade escolar como um tempo de forma efetiva, requerem a construção de uma nova cultura, que passa pelo poder de opinar e decidir, compartilhado por todos os segmentos, garantindo o equilíbrio de forças (proporcionalidade) e o respeito aos diferentes papéis de cada um na escola (...). Se quisermos que a escola rompa com seus muros, temos que abrir para criar uma nova cultura de participação. Assim, possibilitaremos que a escola cumpra com o seu papel de auxiliar na transformação social. (ATEMPA, 1993)

O diretor deve exercer uma liderança democrática que seja capaz de dividir o poder de decisão e de deliberação sobre os assuntos escolares com professores, funcionários, pais e alunos, criando e estimulando a participação de todos nas instâncias próprias da escola. Deve estabelecer objetivos de modo que produzam resultados levando à melhoria da escola.

O diretor deve estar comprometido com a transformação social, juntamente com todos os que participam do processo educativo.

Ele é considerado como a figura principal da comunidade escolar que, além de ser um administrador, deve ser um educador com o papel de contribuir de forma completa, efetiva e eficaz para a

estimulação e a concretização do projeto pedagógico da escola. Paro, coloca que:

(...) Levar o aluno a querer aprender implica um acordo tanto com educandos, fazendo os sujeitos quanto com seus pais, trazendo-os para o convívio da escola, mostrando-lhes quão importante é a sua participação e fazendo uma escola pública de acordo com os seus interesses de cidadão. (1995, p. 301)

A participação implica que todos os segmentos tenham um papel ativo nas decisões e elaboração das políticas públicas educacionais e na avaliação dos mesmos. Para que isto ocorra, a escola deve formar cidadão crítico numa valorização da cultura humana, preparando-o para a vida.

A escola é uma instituição social com objetivo de desenvolver as potencialidades físicas, cognitivas dos alunos, por meio de aprendizagem dos conteúdos como conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores para tornarem cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Macedo define a escola como:

“Comunidade educativa, sistema local de aprendizagem e formação: grupo constituído por alunos, professores, pais, encarregados da educação, representantes do poder autárquico, económico e social que compartilhando num mesmo território e participando de uma herança cultural comum, constituem um

todo, com características específicas e com uma dinâmica própria”. (1995, p. 68)

O Conselho Escolar é uma instituição constituída por representantes dos diferentes segmentos (pais, professores, funcionários e alunos), que tem poderes para representá-los.

O poder argumentativo dos conselheiros tem grande influência nas discussões e decisões tomadas durante essas reuniões.

Os detentores desses conhecimentos pertencentes ao Conselho Escolar, principalmente os pais, quando forem politizados, atuarão de forma mais participativa e farão com que as suas idéias sejam ouvidas, discutidas e aprovadas.

A escola tem a função de preparar cidadão para exercer a sua cidadania.

2. ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MÁRIO DELUY

2.1. História da Escola

O Sr. Getúlio Vargas, quando Presidente do Estado, através do decreto nº 4.339, de 05 de julho de 1929, criou o Grupo Escolar da Vila de São Sepé.

A primeira diretora do estabelecimento foi a professora Affonsina Villas-Bôas, que, de início teve como auxiliares as suas colegas Gregória Pedroso de Macedo (Dona Bituca) e Clara Vieira Peixoto da Cunha e também a senhora Alvarina Brito Pereira, esta encarregada da execução de serviços gerais.

A inauguração oficial da nova casa de ensino aconteceu a 14 de outubro do mesmo ano, num prédio que existiu à Rua 7 de setembro, onde hoje está a Joalheria Brasil.

Participaram do ato autoridades, funcionários públicos, comerciantes, dirigentes de entidades sociais, esportivas e grande massa popular.

Ao ensejo do encerramento do primeiro ano letivo, os alunos foram submetidos a exames por uma banca composta dos Drs. Armando Xavier, Carlos de Figueiredo e Antônio Augusto Simões Pires Júnior.

Nos seus cursos correspondentes, distinguiram-se os discípulos: Adão Pacheco, Ruth Neves Pacheco, Benoni Santos Motta, Pedro Pacheco, Nilson Monteiro, Glêde Xavier, Eni Brum Pontes, Benoni Neves Pacheco, Irajá Motta Kielling, Edith Xavier, Ruth Santos Motta, Elmira Motta Neubauer, Isolina Brites, Gelaci Cunha e Estela Motta Kielling.

Em 5 de dezembro de 1947, foi entregue o prédio do Grupo Escolar situado entre as ruas República e Coronel Chananeco, na ocasião era diretora, a professora Marieta Santos Pontes que recebeu as chaves do Grupo Escolar.

Na década dos anos 40, mediante Decreto baixado pelo Interventor Federal no Estado, na época, o Grupo Escolar da Vila de São Sepé, até então sem denominação patronímica, passou a chamar-se Grupo Escolar Mário Deluy, em homenagem ao venerável religioso, que administrou a paróquia sepeense por longos anos.

Por ato do Executivo Estadual, a 30 de julho de 1980, o Grupo Escolar Mário Deluy foi designado Escola Estadual Mário Deluy (da 1ª a 4ª série), sob a jurisdição da 8ª Delegacia de Educação sediada em Santa Maria.

Em 1º de abril de 1986, através da Portaria da Secretaria de Educação, essa escola foi inaugurada recebendo, então, a denominação da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Mário Deluy.

Novamente a escola, em 10 de março de 2001, modifica seu nome para Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy.

Hoje a escola localiza-se no mesmo endereço, porém com nova denominação de rua, isto é, Rua Clemenciano Barnasque, nº 1667, em frente a praça da Corsan e a poucas quadras do centro da cidade.

Atualmente a escola é administrada pela diretora Roselene Zuchetto de Oliveira que foi reeleita em 2003, para a 2ª gestão, assessorada pelas vice-diretoras Márcia Cristina Ferreira Leandro, no turno da manhã e Rejane Pires, no turno da tarde.

A escola funciona no turno diurno e atende uma clientela de 270 alunos.

Dispõe de um quadro de 26 professores e 6 funcionários.

Está prevista para o ano de 2005, a instalação das séries finais (7ª e 8ª séries) progressivamente do Ensino Fundamental.

a) As diretoras

Desde 1929, as diretoras que aturam na escola foram: Affonsina Villas-Bôas, Greogoria Pedroso, Leon Panrsard, Alda de Matos Magalhães, Nilza Motta Kielling, Ricarda de Bem e Conto Vargas, Lucila Minsen, Marieta Santos Pontes, Lígia Tereza Motta Frantz, Célia Maria Silva Pires, Helena Maria Motta, Vanir Amália Trevisan

Mônego, Antônia Leão Costa, Djanira Leis Trindade, Amélia Zilei Leão de Melo, Zilca Figueiredo de Camargo e Roselene Zuchetto de Oliveira (atual).

b) Depoimentos de algumas diretoras:

A professora Ricardinha como é conhecida, foi uma das primeiras professoras da escola. Hoje está com 95 anos e faz algumas recordações.

Quando era diretora, o qual foi por 3 (três) vezes, falou de algumas dificuldades enfrentadas pela escola como:

“a falta de professores e que para ajudar na merenda escolar faziam promoções (festas), pois o governo pouco dinheiro mandava.

A disciplina dos alunos, naquela época era boa, pois não havia quase problemas disciplinares.

Para resolver algum problema na escola eram feitas reuniões com os professores para se tomar a solução mais adequada, pois não havia um órgão encarregado de ajudar a solucionar os problemas”. (R.B.C.U.)

A professora Célia exerceu a função de diretora no período de 1971 a 1981.

Enfrentou vários problemas. Pois quando assumiu a direção da escola existia somente o prédio, o pátio era aberto, não existia muro e

nem mesmo janela. A escola era alvo de ladrões e pessoas colocavam até os carros no pátio de escola à noite.

Para arrumar a escola, a professora Célia lembra, que:

“juntamente com os professores fizeram um baile e durante o baile vendiam carreteiro para arrecadar dinheiro.

Com o dinheiro arrecadado no baile fecharam o pátio da escola fazendo o muro, colocaram as janelas, pintaram a escola e por ultimo colocaram os vidros.

Outro problema enfrentado foi a falta de professores na escola.

Na sua gestão houve um incêndio queimando o prédio de escola, pois a instalação elétrica era péssima.

Através do prefeito da cidade, na época, Dr. Inocêncio Simões Pires, que viajou várias vezes à Porto Alegre, foram conseguidos recursos para arrumar o prédio, este que posteriormente foi reinaugurado.

Para ajudar a manter a merenda escolar os pais ajudavam com pão ou outros alimentos para distribuir na merenda escolar.

Também foi na sua gestão que compraram os equipamentos para formar a banda da escola.

A escola comemorou os 50 anos em 14 de outubro de 1979, quando atuava na direção da escola”. (C.S.P.)

A professora Helena relatou os problemas que enfrentou quando estava na direção, entre os quais citou:

“falta de recursos didáticos para o trabalho do professor em sala de aula;

- falta de oportunidades para aperfeiçoamento dos professores;

- o governo não mandava dinheiro, apenas algum material e merenda.

Para ajudar a manter a escola faziam festas e vendiam merenda. Havia também a contribuição dos pais.

Em 1981, houve incêndio no prédio anexo, onde existiam 2 (duas) salas de madeira. Foi chamada a perícia de Porto Alegre e constataram que a causa do incêndio foi à precariedade da fiação elétrica, ainda que no laudo técnico não foi atestado curto-circuito”. (H.M.M.)

A professora Zilca foi diretora por (duas) gestões, entre 1997 a 2001, também trabalhou 9 (nove) anos como vice-diretora da escola.

Entre os problemas enfrentados pela professora Zilca citou:

“envolveu um adolescente usuário de droga e também uma funcionária que solicitou delimitação de função devido à problema de saúde.

Esses problemas foram levados ao Conselho Escolar para serem resolvidos.

Durante a gestão informatizou a secretaria da escola, época em que foram comprados 2 (dois) computadores.

Arrumou a pracinha infantil da escola.

Em 14 de outubro de 1999, a escola comemorou 70 anos de atividades, onde foi realizado um jantar festivo que envolveu toda a comunidade escolar e foram homenageados os ex-alunos, ex-professores, ex-diretores.

Para finalizar, a ex-diretora falou de um desejo: que a comunidade escolar fosse harmoniosa, o qual conseguiu realizar o seu desejo”. (Z.F.C)

A atual diretora da escola, assumiu a direção em 01 de janeiro de 2002. Também já foi vice-diretora.

“Desde a sua chegada na escola em 21 de julho de 1995, lembra de um acontecimento que ficou marcado: a comemoração dos 70 anos da escola onde foram homenageados as ex-diretoras, ex-professores, ex-alunos e toda a comunidade atual.

Entre os problemas que hoje enfrenta, está a disciplina dos alunos, envolvendo inclusive o Conselho Escolar para ajudar a resolvê-los.

O Governo Estadual faz o repasse da verba trimestral, sendo que para a merenda escolar a verba vem o Governo Federal, com isto ajudando a manter a escola apesar de ser pouca.

A diretora observou que a partir deste ano, 2004, os repasses das verbas passaram a ser quadrimestral”. (R.Z.O.)

Este ano a escola comemorou 75 anos de atividade.

2.2. Histórico da Banda da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy

A banda da escola foi criada por iniciativa e dinamismo da ex-diretora Célia Pires, que na ocasião contou com a colaboração dos professores, pais e alunos que angariavam recursos financeiros para aquisição dos primeiros instrumentos, através de promoções.

As cores escolhidas para confecção do primeiro uniforme, foram verde e branca que permanecem até hoje, pois ficaram caracterizados como as cores da escola.

Naquela época, a escola atendia apenas até a 4ª série do ensino fundamental, portanto, a banda se destacava pelo tamanho dos seus componentes que eram alunos pequenos. Nos dias atuais há alunos da 6ª série.

Houve um período em que a banda esteve desativada, mas por insistência de alguns pais e disponibilidade de alguns problemas retornou as atividades. Novos instrumentos foram adquiridos e o uniforme sofreu algumas modificações.

Atualmente, tem 35 (trinta e cinco) componentes e, é mantida com a ajuda dos pais dos alunos participantes, que pagam uma contribuição mensal e de toda a comunidade escolar que se engaja em promoções realizadas pela escola, como a festa junina realizada anualmente.

2.3. Estrutura Organizacional Atual

Objetivo:

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy com sede no município de São Sepé, constitui-se de classe de Educação Infantil, nível B, séries iniciais, 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental e Classe Especial para atendimento de portadores de necessidades especiais. Proporcionando condições que desenvolvam no educando valores como cultura, respeito, solidariedade, disciplina, fé e honestidade, para que ele possa, de maneira responsável, exercer sua cidadania.

Aos objetivos do Ensino Fundamental, a escola oportuniza condições que favoreçam o cultivo da linguagem, que enseja o contato coerente com os seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade nos aspectos físico, psíquico, social e espiritual, ressaltando-se os conhecimentos, as habilidades e as competências no uso da língua oral e escrita.

A organização pedagógica está constituída:

- Direção – constituída pelo diretor e vice-diretor, sendo o provimento do cargo de acordo com as normas legais em vigor e as exigências de órgão competente do Sistema de Ensino.
- Conselho Escolar
- C.P.M. (Circulo de Pais e Mestres)

Para a Educação Infantil, a escola estabelece um Regime Escolar anual, distribuídos em trimestres.

A Classe Especial para atendimento de educandos com necessidades especiais, Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental tem seu currículo organizado de forma unidocente e ensino globalizado. A avaliação é feita por parecer descritivo em cada trimestre.

As 5^a, 6^a séries do Ensino Fundamental organizam seu currículo por disciplinas, apresenta regime anual com o ano letivo distribuído em trimestres, onde os resultados da avaliação do aproveitamento são registrados em notas na escola de zero (0) a 100 (cem). Ao final de cada trimestre o aproveitamento mínimo estabelecido pela escola é 50 (cinquenta) para aprovação.

A escola oportuniza estudos de recuperação paralela no período letivo para os alunos com baixo rendimento escolar.

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, a escola admite o regime de progressão continuada, oportunizando aos alunos rever os objetivos alcançados para que possa promover à série seguinte.

Para a 5^a série do Ensino Fundamental, a escola oferece o regime de progressão parcial, permitindo ao aluno que não obteve aprovação em 1 (uma) disciplina, ser promovido à série seguinte, sem prejuízo da seqüência curricular e respeitada a legislação vigente. Na 6^a série, a escola não oferece progressão parcial.

A freqüência dos alunos deve ser de 75%, caso não atingir essa freqüência, serão oferecidos atividades compensatórias nos termos da legislação vigente.

Anualmente a escola elabora o seu calendário escolar, em consonância com as disposições legais em vigor e com a orientação do órgão competente do sistema.

O calendário é aprovado pelo Conselho Escolar e posteriormente é enviada uma cópia à Coordenadoria Regional de Educação para efeito de conhecimento e controle.

2.4. Projeto Político Pedagógico

Desde 1999, a escola vem discutindo e tentando sistematizar um Projeto-Político-Pedagógico, uma proposta de educação que visa nortear e fundamentar seu trabalho pedagógico na escola como um todo, a fim de obter coerência teórica-prática enquanto espaço de construção e socialização de conhecimentos.

- As ações do Projeto – Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy estão previstas a realização de reuniões pedagógicas quinzenais.

- A interdisciplinaridade para projetos e/ ou centros de interesses. A escola considera essencial a realização de reuniões entre professores das turmas para planejamento de estudos comuns entre as disciplinas e o desenvolvimento de projetos e/ ou centro de interesses construídos com o apoio da equipe de coordenação pedagógica.

- Saúde e Higiene bucal.
- Recreação

- Valorização da vida e Prevenção do uso de drogas
- Dança de Salão e Folclóricas
- Educação Ambiental
- Banda
- Permanência e Aprendizagem de Alunos
- Teatro
- Hora do conto
- Conversar com os membros integrantes do Conselho Escolar para sensibilizá-los quanto a importância da comunidade escolar, qualificando a integração escola-família-sociedade.

- As disciplinas deve-se trabalhar de forma integrada, na medida do possível e nas séries iniciais trabalhar forma mais prática e globalizada possível.

- A educação ambiental e demais temas transversais serão trabalhados de forma integrada às atividades de sala de aula.

- Para combater as diferentes formas de violência, será trabalhada no dia-a-dia a prevenção, campanhas (ex.: Projetos da Brigada Militar), aproveitando as oportunidades que surgirem.

- Quanto à concepção curricular que a escola faz em relação aos conteúdos, os mesmos devem ser contextualizados e diversificados, com a função de transformar a cultura elaborada em cultura que instrumentalize o cidadão para exercer a sua cidadania.

Essa interação se realiza na medida em que se considera o conteúdo latente, ou seja, aquele que o aluno já tem, integrando-o com a realidade da escola, primando pelo trabalho com Projetos e Centro de Interesses.

3. O CONSELHO ESCOLAR

3.1. Histórico do Conselho Escolar

A primeira eleição do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy ocorreu em 29 de maio de 1995, na gestão da diretora Amélia Zilei Leão. Tendo na chapa formada, representantes de todos os segmentos da escola: professores, pais, funcionários, alunos além da direção.

A comunidade escolar elegeu a primeira diretoria que ficou assim constituída: Cérés Ribeiro, Áurea Bitencourt, Carmem Rosa, José Souza, Anderson Gonçalves e Maristela dos Santos.

Em 13 de junho de 1995 foi dada posse aos Conselheiros eleitos.

Analisando o Conselho Escolar desde a sua criação em 1995, foram tratados diversos assuntos, tais como: eleição de diretores, eleição do Conselho Escolar, Calendário Escolar, reformas na escola, promoções realizadas pela escola, prestação de contas, repasse trimestral de verbas, disciplina de alunos, assuntos pedagógicos,

regimento do Conselho Escolar, regimento da escola, aplicação de verbas trimestrais compradas de equipamentos para a escola, delimitação de função de funcionário, recuperação mobiliário para a escola, projeto-político-pedagógico.

O atual Conselho Escolar da escola está constituído por:

Segmento pais ou responsáveis: Valquiria Welter (Presidente).

Segmento professores: Marilene Ganciné e Márcia Ferreira Leandro (secretária).

Segmento funcionário: Maristela dos Santos.

Segmento aluno: Rovandro Gomes da Silva.

Além do diretor, que é membro nato.

3.2. Organização e Funcionamento do Conselho Escolar

O Conselho Escolar é composto por número ímpar de integrantes e, não inferior a cinco, nem superior a vinte e um.

O Conselho Escolar é constituído por representantes dos membros do magistério público, servidores públicos, alunos, pais ou responsáveis por alunos.

a) Normas de Funcionamento

- O Conselho Escolar deverá reunir-se uma vez por mês e, extraordinariamente, quando for necessário, por convocação;

- a função dos membros do Conselho Escolar não será remunerada;
- serão válidas as deliberações do Conselho Escolar tomadas por metade mais um dos votos dos representantes à reunião;
- o Conselho Escolar funcionará somente com “quorum” mínimo de metade mais 1 (um) de seus membros.

b) Composição

Todos os membros existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar assegurada a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para os pais e alunos, 50% (cinquenta por cento) para os membros do magistério e servidores.

c) Processo da escolha dos membros

- A eleição dos representantes dos segmentos da comunidade escolar que integrarão o Conselho Escolar, bem como a dos respectivos suplentes se realizará na unidade escolar, por votação direta e secreta, uninominalmente ou através da chapas em eleição proporcional, na mesma data observando o dispositivo da lei;
- ninguém poderá votar mais de uma vez no mesmo estabelecimento;

- membros do magistério e demais servidores que possuem filhos regularmente matriculados na escola poderão concorrer só como membros do magistério ou servidor, respectivamente.

d) Critérios de participação

- Os representantes dos alunos maiores de 12 anos terão direito a voz e voto, salvo nos assuntos que, por força legal, sejam restritos aos que estiverem no gozo da capacidade civil;

- poderão participar das reuniões do Conselho Escolar com direito a voz e não a voto, os profissionais de outras secretarias que atendam às escolas, representantes de entidades convenionadas, Grêmios estudantis, membro da comunidade, movimentos populares organizados e entidades sindicais;

- poderão participar das reuniões do Conselho Escolar com direito a voz e voto todos os membros eleitos por seus pares.

e) O mandato

O mandato de cada membro será de 2 anos permitida uma recondução (10.576 de 1995). E a Lei 11.695 de 2001 altera esse artigo permitindo várias reconduções.

f) Algumas Atribuições do Conselho Escolar

Na escola estudada as atribuições estão divididas de acordo com as funções:

- *São atribuições do conselheiro titular:*

- I – participar das reuniões do Conselho Escolar;
- II – conhecer, cumprir o regimento do Conselho Escolar;
- III – participar da elaboração, execução e avaliação do Plano de ação anual do Conselho escolar;
- IV – ser assíduo e pontual as reuniões do Conselho Escolar;
- V – integrar comissões especiais, constituídas por membros do Conselho Escolar;
- VI – manter discrição sobre os assuntos tratados no Conselho Escolar;
- VII – colaborar em todas as atividades do Conselho Escolar;
- VIII – justificar sua ausência às reuniões do Conselho Escolar, junto ao Presidente no prazo máximo de dez dias, em livro próprio;
- IX – promover a integração entre a comunidade escolar;
- X – na ausência do Presidente à reunião os trabalhos são dirigidos por um membro do Conselho Escolar escolhido entre seus pares.

- *São atribuições do Conselheiro Suplente:*

I – substituir o Conselheiro titular em caso de impedimento ou impossibilidade;

II – completar o mandato do Conselheiro titular em caso de vacância;

III – participar das reuniões do Conselho Escolar.

- *São atribuições do Presidente do Conselho Escolar:*

I – representar o Conselho Escolar e delegar representação;

II – cumprir e fazer cumprir o regimento escolar;

III – coordenar e supervisionar todas as atividades do Conselho Escolar;

IV – convocar e presidir reuniões do Conselho Escolar;

V – designar Comissões Especiais para cumprimento de tarefas afetadas ao Conselho Escolar após decisão de seus membros;

VI – tomar as providências necessárias para regular o funcionamento do Conselho Escolar;

VII – elaborar a pauta de cada reunião, enviando-a previamente aos membros do Conselho Escolar;

VIII – coordenar a elaboração, execução e avaliação do Plano de Ação anual do Conselho Escolar;

IX – promover intercâmbio com outros Conselhos Escolares;

X – divulgar periodicamente as atividades do Conselho Escolar junto à comunidade escolar, submetendo-as à avaliação da mesma;

XI – convocar assembléias gerais dos segmentos da comunidade escolar;

XII – deferir ou não a justificativa de falta de um membro às reuniões do Conselho Escolar;

XIII – tomar providências para disciplinar os casos omissos no regimento, ouvindo o Conselho Escolar;

XIV – dar posse ao Conselho Escolar eleito;

XV – convidar pessoas para prestarem informações junto ao Conselho Escolar em reunião;

XVI – assinar toda a documentação expedida pelo Conselho Escolar.

- *São atribuições do secretário:*

I – elaborar as atas das reuniões do Conselho Escolar;

II – executar trabalhos de mecanografia;

III – organizar e manter atualizada a escrituração e arquivo do Conselho Escolar;

IV – zelar pelo recebimento e expedição de documentos autênticos, inequívocos e sem rasuras;

V – incinerar documentos, por determinação do Presidente, ouvindo o Conselho Escolar.

Assistimos às reuniões do Conselho Escolar da escola e constatamos que acontecem uma vez por mês.

Notamos que os membros do Conselho são assíduos às reuniões, por isso, não houve necessidade de suplente.

Observamos o cumprimento das atribuições com responsabilidade dos membros do Conselho. Pois o Conselho tem um grande compromisso de participar mais nas decisões com sugestões e opiniões sobre a vida escolar dos alunos.

3.3. Análise do Desenvolvimento do Atual Conselho Escolar

Para realizarmos uma pesquisa não basta apenas consultarmos algumas obras, mas também apresentar os resultados da análise com todas as informações, com os dados, as hipóteses e evidências coletadas sobre o assunto. Ludke & André, coloca:

É uma estratégia que envolve, pois não só a observação direta mas todo um conjunto de técnicas metodológicas pressupondo um grande envolvimento do pesquisador na situação estudada. (1986, p.28)

Além das bibliografias consultadas foi aplicado um questionário com 8 questões aos segmentos do Conselho Escolar e da comunidade escolar (professores, pais, funcionários e alunos).

O número de entrevistados dos representantes do Conselho Escolar para aplicação do questionário apresenta-se da seguinte forma:

Representantes do Conselho Escolar entrevistados

Segmentos	Magistério	Pais ou Respons.	Alunos	Funcionários	Direção Membro Nato	Total
Nº de Representantes	2	1	1	1	1	6

O Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy é composta por 2 (dois) professores, 1 (um) pai ou responsável, 1 (um) funcionário, 1 (um) aluno e a diretora da escola que é membro – nato, conforme está representado no quadro acima.

Do questionário aplicado aos representantes do Conselho Escolar podemos tirar as seguintes conclusões:

Os representantes do Conselho Escolar ao serem questionados se foram convidados ou não para participar das reuniões do Conselho Escolar, todos afirmaram que foram oficialmente convidados para assistir às reuniões do Conselho Escolar.

Todos os representantes do Conselho Escolar disseram que conhecem os componentes do Conselho Escolar, quando foram questionados.

Ficou evidente que esses representantes assistem as reuniões do Conselho Escolar; assumindo um compromisso com a educação, conforme registros do livro das atas do Conselho.

Os 5 (cinco) representantes do Conselho Escolar e mais a diretora, que é membro-nato, afirmaram que conhecem as atribuições do Conselho Escolar porque estudaram o regimento.

Pelas respostas encontradas, os segmentos demonstraram conhecimentos sobre as atribuições do Conselho Escolar. Entre algumas respostas dos segmentos: aprovar, deliberar e fiscalizar as questões pedagógicas, administrativas e financeiras / decidir as prioridades de investimentos dos recursos disponíveis / ajudar em alguma dificuldade com os alunos, professores e funcionários.

Todos os representantes do Conselho Escolar questionados responderam que divulgam as decisões tomadas na reunião.

A partir dessa resposta, mostra que o Conselho Escolar juntamente com a direção da Escola está atento à divulgação das decisões, repassando para a comunidade escolar.

Constatou-se que houve avanço para a maioria dos entrevistados.

Eles responderam que houve mais transparência na aplicação de recursos e as decisões são tomadas de comum acordo com todos os segmentos. Verificamos em suas respostas que eles estão cientes da importância do Conselho Escolar dentro da escola, onde os avanços só estão consolidados nas decisões burocráticas.

A diretora e uma mãe responderam que não estava na escola e não morava na cidade, respectivamente, quando implantaram o Conselho Escolar.

Mesmo assim, nota-se uma preocupação dos segmentos com o objetivo de melhorar a educação e o ambiente escolar de forma eficiente e trabalhar coletivamente.

Com relação ao papel do diretor verificamos que os segmentos deram respostas semelhantes como: relatar o assunto, conduzir a reunião dando sugestões para ser aprovadas ou não.

Percebemos que os segmentos conhecem bem o papel do diretor, sendo o mediador da reunião conduzindo de forma a tomar uma decisão sobre o assunto relatado.

Apesar dos representantes afirmarem que a escola faz a divulgação das decisões tomadas em reuniões do Conselho, a grande maioria dos entrevistados sugere que façam reuniões mais seguidas com todos os segmentos, além de fazerem as publicações em murais e corredores da escola.

O mesmo questionário foi aplicado aos segmentos da comunidade escolar, onde os inquiridos foram escolhidos aleatoriamente sem distinção de cor ou raça.

O número de entrevistados para aplicação do questionário apresenta-se da seguinte forma:

Representantes da Comunidade Escolar Entrevistados

Segmentos	Professores	Pais ou Respons.	Funcionários	Alunos	Total
Nº de Representantes	10	7	3	9	29

A maioria dos questionados, professores 8 (oito), pais 4 (quatro), alunos 7 (sete) nunca foram convidados para participar de uma reunião do Conselho Escolar, embora a direção afirme que faz convites verbais na sala de reuniões.

Isso pressupõe que somente os representantes do Conselho Escolar é que são oficialmente convidados para as reuniões do Conselho Escolar.

Todos os funcionários questionados já foram convidados para participar das reuniões do Conselho Escolar, conforme suas respostas no questionário aplicado.

Os funcionários, por serem um número expressivo na escola, já foram convidados para representar o Conselho Escolar.

A maioria dos questionados, professores 6 (seis), pais 5 (cinco), alunos 7 (sete) conhece alguns dos componentes do Conselho Escolar e a totalidade dos funcionários inquiridos conhece todos os representantes.

Isso nos mostra que os segmentos professores, pais e alunos ainda não estão a par de todos que fazem parte do Conselho Escolar. Os funcionários, por sua vez, como já assistiram às reuniões do

Conselho Escolar conhecem todos que fazem parte do Conselho Escolar.

Sobre as atribuições do Conselho Escolar, se conhecem os professores que responderam sim 2 (dois), não 1 (um), e parte 7 (sete); os pais sim 1 (um), não 6 (seis) em parte nenhum, os alunos sim nenhum, não 6 (seis), em parte 3 (três) e todos os funcionários responderem.

Os professores e funcionários questionados que responderam sim ou em parte souberam enumerar algumas das atribuições, onde percebemos a semelhança das respostas encontradas como: deliberar sobre os assuntos pedagógicos, fiscalizar a aplicação de verbas, decidirem sobre as prioridades de investimentos, avaliação e contas, a aprovação do calendário escolar, mas notamos que a maioria dos pais e alunos não conhecem as atribuições do Conselho Escolar.

Isso nos leva a pensar que a comunidade escolar, principalmente, pais e alunos desconhecem a importância, o funcionamento e as atribuições do Conselho Escolar e por isso acabam não se comprometendo com a educação na busca de melhorias para a educação.

A maioria dos professores 6 (seis), responderam que o Conselho Escolar não divulga suas decisões, ao contrário dos pais 6 (seis) e alunos (6) que afirmam que o Conselho Escolar divulga suas decisões. Todos os funcionários responderam que o Conselho divulga as decisões tomadas na reunião.

Percebemos que há uma falta de comunicação entre o Conselho Escolar e a comunidade escolar, supondo que as decisões tomadas nas

reuniões não são repassadas a todos os segmentos, principalmente aos professores.

Em relação ao que melhorou na escola após a implantação do Conselho Escolar as opiniões de professores e funcionários foram variadas: melhorias na manutenção da escola / busca de recursos financeiros para benfeitorias na escola, a participação de pessoas diferentes no Conselho Escolar trouxeram novas idéias para atingir objetivos maiores, além dos aspectos externos observados na escola.

Enquanto a maioria dos pais e alunos citaram os aspectos externos, onde eles puderam observar como a construção da área coberta e calçada na escola. Chamou-nos a atenção onde 1 (um) pai e 1 (um) aluno citaram a implantação da 7ª série para o ano de 2005.

Isto nos mostra que existem pais e alunos que estão atentos para a parte pedagógica – administrativa, como a implantação da 7ª série, com o objetivo de melhorar a educação, pois é uma grande necessidade o ensino fundamental completo para a comunidade escolar.

Notamos que quase a totalidade das pessoas questionadas da comunidade escolar tem uma boa visão do papel do diretor, justificando como prestador de contas, ouvir e dar sugestões, coordenar as reuniões, relatar o assunto ao Conselho para se tomar uma decisão.

As partir dessas respostas mostraram que eles não vêem o diretor como uma autoridade que manda na escola, mas trabalhar junto com a comunidade escolar tomando uma decisão para atingir um determinado objetivo.

Quanto às sugestões que foram bem variados pelos professores, pais e funcionários para melhorar os assuntos tratados nas reuniões do Conselho Escolar como divulgar mais as decisões do Conselho Escolar, através de boletins, panfletos, nos meios de comunicação como jornal e rádio, fazer as reuniões mais abertas com a comunidade escolar.

Já, a maioria dos alunos não souberam responder 5 (cinco), e os que responderam desviando as sugestões para pedidos como consertar banheiro, ensino fundamental completo, uma quadra de esportes coberta para reuniões, apresentações, jogos, para a comunidade escolar participar é muito pequena, pois a sala de aula que temos é muito pequena para essas atividades.

A partir das respostas apresentadas pelos alunos percebemos que os mesmos não têm participação no Conselho mostrando pouca atuação nesse órgão, demonstrando que eles não souberam responder corretamente a questão.

Levamos para a diretora os resultados do questionário realizado com a comunidade escolar.

A diretora analisou e argumentou os resultados:

- no início do ano escolar quando é realizada a reunião para os pais, onde são apresentados os professores, o C.P.M. e o Conselho Escolar. Os pais são informados sobre o Conselho Escolar, como funciona e quais são suas atribuições;

- a diretora relatou que os pais que não responderam as questões, deixando em branco, são os que não freqüentam as reuniões da escola;

- os pais, professores, funcionários são convidados para participar do Conselho Escolar;

- quanto aos alunos, acham que eles não prestam atenção, pois quando há eleição do Conselho Escolar, a direção da Escola passa nas salas de aula convidando os alunos para participar e o que eles vão representar;

- também falou que os pais não querem ter compromisso, não querem participar do Conselho Escolar. Os pais que atuam no Conselho Escolar trabalham de boa vontade contribuindo para buscar alternativas que amenizem os problemas da educação;

- as funcionárias que responderam de maneira mais objetiva, são aquelas que já participaram do Conselho Escolar, por isso sabem como funciona e quais são as atribuições do Conselho Escolar;

- observou que a maioria dos entrevistados vê o diretor como coordenador das reuniões, que relata os assuntos, dá sugestões e etc. Isto mostra que não vê o diretor como uma autoridade, onde muitos pensam que o diretor é a autoridade máxima dentro da escola;

- entre as sugestões que os entrevistados deram, a diretora analisou e questionou sobre a sugestão de fazer as reuniões mais aberta com a comunidade escolar, respondendo: já tem representantes dos pais, professores, funcionários e alunos, não tem por que fazer a reunião mais aberta com a comunidade escolar, pois posteriormente são divulgadas as decisões do Conselho Escolar;

- a diretora aceitou a sugestão de colocar no mural da escola com boletins informativos as decisões do Conselho Escolar e até

anotou essa sugestão para ser levada para reunião com o Conselho Escolar.

Ainda analisando os resultados obtidos com a comunidade escolar sobre o Conselho Escolar e também com a diretora da escola, é preciso que ocorra uma mudança de comportamento. Pois nota-se que grande parte dos professores, pais, funcionários e alunos, precisam se conscientizar de sua competência política e reconhecer-se como agentes do processo de transformação da qualidade de vida humana coletiva principalmente nas classes mais populares.

A integração de todos os segmentos só acontecerá no momento em que se comprometerem com a educação em busca de um objetivo comum que envolva a comunidade escolar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após encerrarmos os estudos sobre o Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy, foi constatado que o Conselho atua mais na parte financeira e administrativa e muito pouco influi na parte pedagógica.

As verbas que vem dos Governos Estadual e Federal com as verbas do repasse quadrimestral (repasse quadrimestral a partir de 2004), que serve para comprar materiais de manutenção e permanente para a escola, as verbas do FNDE para comprar a merende escolar.

Essas verbas quase sempre chegam atrasadas na escola, dificultando a compra desses materiais para a escola.

O que tem ajudando bastante a administração da escola são as arrecadações de notas fiscais , chamada A NOTA É MINHA, que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul incentiva. Cada 30 notas arrecadadas recebe 1 (uma) cautela para concorrer a prêmios.

A comunidade escolar tem ajudado bastante trazendo as notas para a escola. Com esse dinheiro que vem para a escola, a equipe

diretiva juntamente com o Conselho Escolar está juntando para comprar um computador.

O Conselho Escolar da escola se reúne uma vez por mês, onde buscam uma atuação mais efetiva, através das transparências nas decisões, para que possam construir juntos, a gestão escolar.

Mas é preciso que haja mais envolvimento das pessoas com a educação. Pois a diretora questiona que, quando as pessoas são convidadas para participar do Conselho Escolar, especialmente os pais, não aceitam para não assumir compromisso com a escola. Com isso torna-se difícil o trabalho da equipe diretiva com o Conselho Escolar, que é um órgão que deve estar ligado com a direção para que juntos busquem soluções para os problemas que influem na escola.

Observamos na análise do questionário que principalmente, os segmentos pais e alunos estão se comprometendo muito pouco com a educação. Pois desconhecem a importância, o funcionamento e as atribuições do Conselho Escolar, deixando de contribuir para êxito do mesmo em benefício da comunidade escolar.

É preciso que fique mais claro para a comunidade escolar o que representa o Conselho Escolar.

O diretor tem um papel importante para a implantação do Conselho Escolar, pois é ele que relata os assuntos a serem tratados para a tomada de decisões em conjunto.

O diretor tem a tarefa de incentivar e dar sugestões de toda a comunidade para serem discutidos e analisados com o Conselho Escolar até tomar uma decisão.

Constatamos que a maioria dos pais não participam das atividades escolares, nem das reuniões. Com isso, ficam sem saber das informações referentes à escola.

Muito se lutou para que a comunidade participasse da vida escolar. Hoje, que existe uma legislação mais flexível, ainda nos deparamos com práticas ultrapassadas, onde os segmentos que formam a escola não possuem consciência sobre a necessidade de participarem e se comprometerem com as mudanças que se fazem necessárias na educação.

A sociedade está vivendo um crescimento na era tecnológica, a globalização, a transformação mundial que acarretam grandes crises financeiras, onde muitos pais têm receio de participar, por estarem despreparados no tratamento do tema que é abordado.

Os pais precisam ter consciência que são co-responsáveis por uma escola de qualidade, que as atividades escolares não podem ser atividades burocráticas, mas um espaço de concretização de práticas democráticas. Os pais precisam ter desejos e atitudes de participação e que os educadores tenham um relacionamento agradável com os pais e que determina sua participação em relação a escola.

É preciso criar espaços que possibilitem um trabalho mais coletivo, pois o processo de conscientização só se desenvolverá na medida em que as pessoas, o grupo, e a comunidade discutirem e enfrentarem os problemas que os afligem. Só as ações coletivas e planejadas irão produzir mudanças significativas para a instituição escolar.

A participação dos pais é importante desde o ato da matrícula porque são responsáveis pela educação de seus filhos e através da participação na escola tomam consciência de sua missão de pais e educadores com os conseqüentes direitos e deveres com os filhos, a escola e a sociedade.

Devemos pensar em uma alternativa que seja a esperança e valorize o respeito humano promovendo um processo educacional baseado na capacidade de refletir e agir, desenvolvendo o senso crítico e a capacidade criadora.

Sugere-se que a escola faça um trabalho com os pais nas reuniões durante o ano, posicionando-se frente aos desafios da sociedade e que só com a cooperação de todos é que podemos vencer esses desafios, o regimento do Conselho Escolar deve ser estudado e discutido com toda a comunidade escolar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Marta Luz Sisson de, *et al.* Sistemas e Instruções: Repensando a teoria na prática. **In: Simpósio de Política e Administração da Educação, 18.: 1997.** Porto Alegre; Edipuc, 1997.

DEMO, PEDRO - **Participação é Conquista** – São Paulo, 1996. Ed. Cortez.

GADOTTI, MOACIR – Escola Cidadã: **Pressupostos do Projeto Pedagógico**, In: Conferência Nacional de Educação Para Todos, São Paulo: Ed. Cortez, Brasília, 1994.

LUCK, HELOÍSA et al – A escola participativa: **o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

LUDKE, M & ANDRÉ, M.E.D. Pesquisa em educação: **abordagens qualitativas**, São Paulo: Ed. Pedagógica Universitária, 1986.

MACEDO, B.A. **A construção do projeto educativo de escola. processo de definição de lógica de funcionamento da escola.** Lisboa: Instituto de Inoba Cativa, 1995.

PARO, VITOR H. Administração Escolar: **Introdução Crítica**, São Paulo: Cortez, 1986.

_____ **Por dentro da escola pública.** São Paulo Ed. Xamã, 1995.

RODRIGUES, NEIDSON. Por uma nova escola: **o transitório e o permanente na educação**. São Paulo. Ed. Cortez, 1985.

VEIGA, I.P.A. CARDOSO, MARIA HELENA (ORGS) – **escola fundamental, currículo e ensino**, 2. ed. Campinas. Papyrus, 1995.

VEIGA I.P. (ORG) – Projeto pedagógico da escola. **Uma construção possível**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

JORNAL ATEMPA nº 10 Março/Abril, 1993.

_____ **Rio Grande do Sul. SEC. Lei nº 9232 de 13 de junho de 1991.**

_____ **Rio Grande do Sul. SEC. Lei nº 9226 de 05 de junho de 1991.**

_____ **Rio Grande do Sul. SEC. Lei nº 10.576 de 14 de novembro de 1995.**

_____ **Rio Grande do Sul. SEC. Lei nº 11.695/01 altera a Lei 10.576/95.**

_____ **Brasil MEC. Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.**

Documentos da Escola:

Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy – **Atas de Registro**.

Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy – **Projeto Político Pedagógico**.

Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy- **Regimento do Conselho Escolar**.

Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy – **Regimento Escolar**.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
EDUCACIONAL

Solicito sua colaboração para responder as questões abaixo. As respostas servirão de base para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço sua atenção.

Aluna de especialização em Gestão Educacional.

Roselaine Neves Bolzan.

1- Qual o seguimento a que você pertence?

() Direção ()- Conselheiro ()- Professor () – Pais () – Aluno () –
Funcionário

2- Você já foi convidado para assistir alguma reunião do Conselho Escolar?

() – Sim ()- Não

3- Você conhece os componentes do Conselho Escolar?

() – Sim, todos ()- Não conheço nenhum () – Conheço alguns

4- Você conhece as atribuições do Conselho Escolar? Escreva alguns:

() – Sim () – Não () – Em parte

5- O Conselho Escolar divulga suas decisões após cada reunião?

() – Sim () – Não

6- Após a implantação do Conselho Escolar, houve algum avanço em sua escola?

Justifique: _____

7- Qual o papel do Diretor nas reuniões do Conselho Escolar?

8- Que sugestões você daria para dinamizar e levar ao conhecimento dos demais membros da comunidade Escolar os assuntos tratados nas reuniões do Conselho Escolar?

Fotos da reinauguração da Escola, após incêndio ocorrido em 1981.



Fotos da vista parcial da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mário Deluy.



Foto da comemoração dos 75 anos da Escola em 2004.



Foto da Banda da Escola no Desfile de 2004.

